

cidades@atribuna.com.br

Cidades

Lotação máxima

Os três pátios de veículos em Guarujá estão sobrecarregados e reúnem, juntos, 2.030 automóveis, entre carros, motos e carcaças. Um novo leilão deve ser realizado para desafogar o espaço. **A-7**

MP questiona obra do VLT e trabalhos são paralisados

Problema estaria no traçado do projeto

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) não dará andamento as obras para a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no canteiro central da Avenida Francisco Glicério, em Santos, nos próximos dois meses.

O pedido partiu de representantes do Ministério Público Estadual (MPE) e foi acordado em uma reunião realizada com integrantes da empresa estatal na sede do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) – Núcleo Baixada Santista, em Santos, ontem à tarde.

O encontro teve como objetivo discutir as falhas apresentadas no processo de licenciamento ambiental desse empreendimento, que ligará, em sua primeira fase, a Esplanada dos Barreiros, em São Vicente, à Avenida Conselheiro Nébias (na altura da Francisco Glicério).

A representante do Gaema, Almachia Zwarg Acerbi, disse que o problema surgiu com a alteração no traçado original do VLT, que seguiria pela antiga linha férrea.

Conforme a promotora, a licença prévia concedida pela Cetesb está baseada no trajeto antigo, enquanto a de instalação (que autoriza o início do empreendimento) leva em consideração o novo (canteiro central da Glicério).

“Devido à essa modificação, o primeiro documento é considerado nulo. Com base nessa irregularidade, nossos assistentes técnicos identificaram que essa modificação trará prejuízos à população”, destacou.

Almachia explicou que essa avaliação levou em conta vários aspectos, como impactos urbanístico, de trânsito e de segurança. “Não sou contra o

projeto. Queremos o melhor para a sociedade”, destacou.

Um dos pontos negativos apontados pelos técnicos do MPE com o novo traçado é o fato de transformar as vias locais – ocupadas quase que exclusivamente por imóveis residenciais – em vias expressas.

Portanto, ao invés de as casas das ruas Marquês de São Vicente e Vidal Sion terem em sua frente áreas de estacionamento público e jardins, elas podem passar a receber um trânsito pesado e estabelecimentos com atividades poluidoras, como, por exemplo, casas noturnas, bares e oficinas.

Além disso, a promotora do Gaema entende que manter o VLT na antiga linha férrea evitaria um grande gasto público com a não readequação da Francisco Glicério.

Promotor de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo de Santos, Daury de Paula Júnior explicou que, com base em informações da assessoria de imprensa da EMTU publicadas por A Tribuna, um único imóvel foi beneficiado com o novo trajeto.

Ele justificou que, no momento em que o projeto desse metrô de superfície já estava sendo discutido, uma empresa adquiriu parte do terreno pertencente a CPTM à época “considerado desnecessário para a implantação do VLT”.

“Não consigo ver melhorias no sistema viário com a mudança do trajeto que justifique a piora na qualidade de vida de moradores de alguns bairros de Santos”, declarou.

RESPOSTA

Em contato com a Reportagem, no início da noite de ontem, o diretor-presidente da EMTU, Joaquim Lopes da Silva Júnior, afirmou ter estranha-



Primeira fase ligará a Esplanada dos Barreiros, em São Vicente, até a Avenida Conselheiro Nébias, em Santos



Promotores aguardam estudos da EMTU sobre a mudança no traçado

do esse posicionamento dos promotores.

Ele assegurou que o traçado pelo canteiro central da via santista já estava previsto na licença prévia. “Vou encaminhar uma cópia dos ofícios e do documento ao MPE. Essa confusão antecede essa licença e começou a partir da compilação de dois estudos funcionais do passado”, justificou.

Silva Júnior garantiu estar tranquilo, já que está seguindo

rigorosamente as recomendações ambientais. “Talvez o MPE esteja agindo em algo que não estamos enxergando nesse processo”, disse.

Durante a reunião no período da tarde, os técnicos da estatal alegaram que a interpretação feita pelo MPE decorre do fato de a Cetesb não ter encaminhado os documentos que integravam o procedimento de licenciamento ambiental.

Canais

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa) coloca em votação amanhã o processo que prevê a transposição nos canais pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). A informação foi confirmada ontem pela presidência do órgão. A medida torna-se necessária em virtude de os canais serem tombados, ou seja, considerados bens do patrimônio histórico e cultural da Cidade. Uma das justificativas da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) para o pouco avanço das obras em Santos está na ausência desse aval do Condepasa e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) – órgão estadual que cuida do tema. O Condephaat ainda não deu prazo para a conclusão da análise do processo.

Ausência

Embora o compromisso de ontem no Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) estivesse marcado há cerca de um mês, a Cetesb não enviou nenhum representante. Os promotores públicos lamentaram a ausência dos técnicos da estatal para explicar falhas identificadas no processo de licenciamento ambiental do VLT.

Gaema não descarta ação na Justiça contra projeto

A promotora do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) – Núcleo Baixada Santista, Almachia Zwarg Acerbi, não descarta a possibilidade de ajuizar uma ação, com pedido de liminar, para pedir a paralisação imediata das obras da primeira fase do VLT.

A representante do Ministério Público Estadual (MPE) afirma que, se isso vier a ocorrer, a Cetesb e o técnico da empresa que assinou o laudo do licenciamento ambiental da obra também terão de responder à Justiça.

“Acredito que hoje tenho mais condições de conseguir uma liminar. Se os trabalhos avançarem muito, dificilmente algum juiz determinará a interrupção”, frisa.

Antes de chegar à essa situação, ficou acordado que a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) apresentará estudos complementares determinados pela Cetesb, em até 30 dias, para comprovar os efeitos positivos da mudança de traçado.

Os técnicos do MPE terão igual período para analisar as alegações da estatal e verificar se é possível manter o trajeto do VLT pelo canteiro central da Avenida Francisco Glicério.

No dia 5 de novembro, às 14 horas, na sede do Gaema, haverá uma reunião entre as partes. Se não houver um acordo, a promotora ingressará com a ação na Justiça no mesmo mês.

Santos poderá ficar sem sede da CPFL. Decisão será dia 14

DA REDAÇÃO

O futuro da sede regional da CPFL Piratininga será definido no próximo dia 14, às 11 horas, em Campinas. Neste dia, será leiloada a atual sede da Central de Operações da concessionária, localizada na Praça dos Andradas (Centro de Santos) e de titularidade do Governo Estadual.

Às 17 horas desta terça-feira, o 357º lance estava no valor de R\$ 501 mil. A previsão de desocupação do prédio é de dezembro de 2014. A área de 3,5 mil metros quadrados é um dos 13 lotes em leilão.

No mesmo dia, também serão negociados três prédios em Sorocaba, duas unidades em Araraquara, além de outros espaços em Americana, Bauri, Botucatu, Jundiá, Matão, Marília e Ribeirão Preto.

Em nota, a assessoria da CPFL afirma que levará “suas

Leilão

O processo de leilão da atual sede da CPFL Piratininga em Santos pode ser acompanhado pelo site: www.confiancaleiloes.com.br/lot-es/visualizar/3394.

equipes para locais tecnicamente mais adequados às suas operações, dentro do município de Santos. A distribuidora reforça que os processos para a venda do imóvel seguem as regras aplicáveis às concessionárias de serviços públicos”.

AMEAÇA DE DESATIVAÇÃO

No entanto, o quadro de funcionários da CPFL de Santos foi reduzido recentemente, de acordo com o Sindicato dos Urbanitários da Cidade: de seis

profissionais, dois foram desligados, dois remanejados e só dois estão mantidos.

“Com isso, a Central de Operações de Santos mantém apenas dois técnicos, que trabalham diariamente das 12 às 18 horas. De manhã e de noite, quem atende é a Central de Operações de Sorocaba. Eles estão desativando a central aos poucos”, explica Fernando Duarte, presidente em exercício do sindicato, que representa tal categoria profissional.

Por sua vez, a CPFL reafirma a manutenção do atendimento da Central Operacional em Santos. “Permanecerão no município o corpo de gestores, engenheiros, técnicos, eletricitas e equipes de atendimento presencial ao cliente”.

REPERCUSSÃO

O Secretário de Serviços Públicos de Santos, Carlos Alberto



Prédio localizado na Praça dos Andradas, Centro, tem área de 3,5 mil metros quadrados e será leiloado

Tavares Russo, diz estar ciente do leilão da unidade da Praça dos Andradas. Segundo ele, a sede da concessionária será na Avenida Conselheiro Nébias: “O que o gerente da CPFL nos

garantiu é que não vai haver prejuízo para a população, é isso o que nos interessa”.

Já que não há uma confirmação de se desativar o Centro de Operações de Santos, ele se

compromete: “preciso ter certeza de qual impacto isso terá, para levar ao prefeito para ver se ele pode fazer alguma forma de permanecer, aqui como foi feito no passado”.